

Redes e Movimentos Sociais sob os novos paradigmas da informação

Judite Canha Fernandes

CIPA- Centro de Informação, Promoção e Acompanhamento de Políticas de Igualdade

Av. Infante D. Henrique 47, 3º Esq

9500-150 Ponta Delgada - Açores

Tel: 296 209600

E-mail: judite@cipavioleta.org

RESUMO

As Parcerias, Redes e Movimentos Sociais que emergem do domínio público e da cidadania alcançam um papel crescente dos níveis locais aos internacionais e fazem, cada vez mais, parte da agenda social e política, exercendo uma crescente influência simbólica e prática nas sociedades e atraindo um número cada vez maior de investigadores e investigadoras de diversas áreas. Castells, por exemplo, afirma que os Movimentos Sociais “representam os verdadeiros produtores e distribuidores de códigos culturais” (2000). Para Smith, Chatfield e Pagnucco essa influência crescente dar-se-ia “por meio do fortalecimento da informação e contra-informação política, do alinhamento de estratégias de actuação, da partilha de metas e de outros tipos de apoio recíproco”. Desta forma, estas estruturas inter organizacionais “conseguem ligar o local, o nacional com o global, assim como as arenas políticas inter e transgovernamentais, criando assim uma nova estrutura de política global que desagrega o Estado e a política local na intersecção dos níveis nacional e internacional” (1997). As teorias mais recentes sobre o surgimento e desenvolvimento destas “organizações de organizações” encontram apoio no reconhecimento da importância do conhecimento como recurso fundamental na concretização dos objetivos individuais, organizacionais, intra e interorganizacionais. De um modo geral, a formação de Redes e Parcerias, nos seus diversos níveis e aplicações, tem sido considerada, tanto na prática quanto na teoria, como um mecanismo de flexibilização das relações entre as pessoas, capaz de potencializar o compartilhamento de informação entre organizações e indivíduos e de contribuir para a geração de conhecimento e inovação tecnológica (Austin, 2001).

É hoje claro que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e as potencialidades decorrentes da Sociedade da Informação estão a ser aproveitadas pelas organizações e pelos movimentos sociais no sentido de um alargamento do seu âmbito de actuação e impacto, ou mesmo na busca de “um outro mundo possível”. A Internet, ao não exigir a presença física, permitiu alargar os âmbitos de implementação de forma extraordinária e encontrar complementaridades para a discussão e para o trabalho até hoje impossíveis. Alguns autores referem a

emergência de um novo modelo de gestão social, voltado para a formação de redes e para o desenvolvimento de projectos inovadores com fins sociais (Schlemm e Souza, 2004)

É no sentido de aprofundar, do ponto de vista do objecto social informação, a investigação sobre os modelos teóricos, práticas informacionais, uso das tecnologias, monitorização e resultados mensuráveis de eficácia, eficiência e satisfação das necessidades de informação dos/as vários/as agentes envolvidos e das iniciativas e movimentos onde se desenvolvem, que o Projecto de Doutoramento “*A Ciência da Informação na Gestão de Projectos Europeus e Internacionais. A Iniciativa Comunitária EQUAL e a Marcha Mundial das Mulheres*”, cujo desenvolvimento, opções teóricas e metodológicas se pretendem expor nesta comunicação, se enquadra, sendo que a extracção de resultados pode significar importantes mais valias para os casos, cada vez mais frequentes e incontornáveis, de organizações (privadas ou públicas), movimentos, pessoas, a trabalhar projectos em Rede ou Parceria numa escala globalizada. Este Projecto de Doutoramento decorre na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a orientação do Prof. Dr. Armando Malheiro da Silva.

AS REDES. AS PARCERIAS. OS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Parcerias Locais – Nacionais – Redes Europeias – Movimentos Globais/Internacionais: Todos procuram e provocam alterações, mais ou menos profundas, nos diversos enquadramentos geográficos e humanos onde operam. Em todos, a partilha de informação joga um papel-chave para a construção de estruturas compartilhadas de significado e de modos de funcionamento.

Uma *Parceria* de Desenvolvimento EQUAL (geográfica ou sectorial) engloba vários organismos públicos, para-públicos ou privados - designados parceiros nacionais - para a execução de actividades experimentais com base num projecto comum relacionado com um domínio temático da EQUAL. Os parceiros participam em pé de igualdade no processo de decisão, sendo um dos parceiros, designado por Entidade Interlocutora, responsável pela coordenação administrativa e financeira. Noutros contextos, empresas, governo e organizações da sociedade civil têm desenvolvido relações de Parceria, aqui entendidas no sentido lato de “reunião de indivíduos para a exploração de interesses em comum”, por considerarem que estas propiciam a socialização de conhecimentos, experiências, aprendizagens e recursos com consequências mais satisfatórias do que aquelas que obteriam com

actuações isoladas.

Uma **Rede** é uma quantidade de pontos (os nodos ou nós) interligados por relações que podem ser de vários tipos. A palavra começou por designar um dispositivo feito de cabos interligados numa malha, utilizado desde épocas pré-históricas na pesca e na caça. Modernamente, o conceito de rede foi alargado para um vasto leque de disciplinas, que vão da sociologia (redes sociais) à informática (redes de computadores), expressando sempre uma ligação “horizontal”, igualitária e democrática entre indivíduos. Rede Social é uma das formas de representação dos relacionamentos afectivos ou profissionais dos seres humanos entre si ou entre seus agrupamentos de interesses mútuos. Segundo Fritjot Capra, “*redes sociais são redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais e as relações de poder*”.

As redes interorganizacionais são mecanismos importantes para a optimização dos recursos organizacionais, para o aumento da capacidade tecnológica na geração de inovações e para absorção de *know-how* e *know-who*. Compreender os mecanismos de gestão das atividades estratégicas e operacionais envolvidos em estruturas complexas como estas é um importante passo rumo a uma compreensão mais ampla das implicações teóricas e práticas da interação entre as suas variáveis (Van Aken e Weggeman, 2000).

Finalmente, um **Movimento Social** tem por finalidade associar e motivar um número crescente de pessoas para a defesa ou promoção de determinados objectivos, sendo dono de uma identidade social e de uma determinada maneira de pensar e de agir. Trata-se de um empreendimento colectivo que busca uma nova ordenação da vida, procurando conjugar expectativas, ansiedades e motivações de um conjunto de pessoas e de organizações, no sentido de construir concepções transformadoras do quotidiano das sociedades e de pôr em causa padrões e valores que impedem o exercício da cidadania plena e da integralidade dos direitos humanos. Castells, um dos autores que mais se tem debruçado sobre os Movimentos Sociais e o seu papel crescente nas sociedades contemporâneas, define-os como “*Acções colectivas com um determinado propósito cujo resultado tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade. (...) Não existem movimentos sociais “bons” ou “maus”, progressistas ou retrógradas. São reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação*” (Castells, 2000).

De acordo com Swaminathan & Wade (2001), os movimentos sociais são muito similares aos processos de surgimento de novas organizações em relação à dependência de recursos, entre os quais: pessoas, conhecimento ou experiência, capital, informação e legitimidade. Obter acesso a este amplo conjunto de recursos, realizar novas combinações de sucesso e ainda

obter resultados a longo prazo são desafios complementares e simultâneos que têm influenciado directamente o sucesso ou fracasso das inovações em gestão e desenvolvimento de projectos com fins sociais. Para fazer frente a estes desafios, muitas iniciativas nesta área parecem ter encontrado na formação de redes uma resposta a estes desafios. Estas redes, quando bem equilibradas em termos de tamanho, coesão, densidade, diversidade e reputação, permitem acesso a informação, conhecimento e legitimidade, recursos essenciais ao sucesso dos empreendimentos sociais (Hulsink & Elfring, 2003).

Revela-se um certo “crescendo” entre os três conceitos, já que uma Rede ou Parceria, conceitos essencialmente operacionais que reflectem um modo de organização, não implicam necessariamente Movimentos Sociais, pois nestes acresce uma deslocação em “direcção a”, que não está obrigatoriamente presente numa Rede ou Parceria. No entanto, estes Movimentos suportam-se cada vez mais nestas formas de organização para potenciar a sua intervenção. De facto, hoje os novos movimentos sociais, como referido acima, caracterizam-se cada vez mais por “*formas de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede, característica dos novos movimentos sociais (...) essas redes fazem mais do que simplesmente organizar actividades e compartilhar funções.*” (Castells, 1999).

Por outro lado, no caso do Programa de Iniciativa Comunitária (PIC) EQUAL, contexto aparentemente longínquo ao dos Movimentos Sociais, o funcionamento em Parceria é uma obrigatoriedade. Aparentemente longínquo, pois não só muitas organizações e pessoas que fazem parte dos Movimentos Sociais, desenvolvem projectos no âmbito das iniciativas comunitárias (ou ao abrigo de outras formas de financiamento), como são muitas vezes as mesmas pessoas que trabalham com os grupos sociais mais frágeis ao abrigo dessas iniciativas, que procuram a transformação social associando-se a Movimentos Sociais. Esta participação pode dever-se à necessidade de obtenção de recursos financeiros para o desenvolvimento do seu trabalho e objectivos, já que são raras as ONG’S com absoluta autonomia financeira, à identificação com alguns dos objectivos e metodologias propostos pelos programas ou a outras razões não identificadas. Por outro lado, os próprios PIC’s tendem a incorporar sugestões destas pessoas e organizações, feitas nos grupos de trabalho de avaliação e acompanhamento ou no período de consulta prévio à construção do programa. Tudo parece indicar uma forte reciprocidade, embora nem sempre pacífica, entre os dois contextos.

Uma percentagem significativa das organizações e pessoas que compreendem as vantagens do trabalho em Rede e em Parceria na contemporaneidade partem com convicção para o trabalho baseado nestas formas de organização, mesmo sabendo *a priori* o quão esgotante e complexo será. E quais são as vantagens? Aparentemente,

complementaridade entre as pessoas e organizações, potenciação das acções e dos resultados, as resultantes da cooperação enquanto relação humana positiva (enriquecimento pessoal e organizacional), *empowerment*, partilha de responsabilidades, potenciar os recursos disponíveis, alargamento da área de intervenção, aumento dos impactos e da força reivindicativa, etc. Sob o ponto de vista do objecto informação significam maior partilha de informação, maior acesso a informação válida/útil por parte das pessoas e organizações intervenientes, maior difusão da informação produzida, maior complexidade nos processos de gestão de informação (interna e externa), enriquecimento do processo de produção de significado da informação.

Na verdade, vem se considerando a formação de redes como o formato organizacional mais adequado para promover a aprendizagem intensiva para a geração de conhecimento e inovações. (Lemos, 1999). Sob esta perspectiva, formas organizacionais em rede surgem como a estrutura organizacional ideal da pós-modernidade, capaz de canalizar os fluxos de informação e configurar soluções – ainda que provisórias e imperfeitas –, para problemas dinâmicos e sem solução simples aparente. Segundo Machado e Machado (2002), por exemplo, a formação de redes entre as organizações da sociedade civil é condição básica para que se concretize uma participação efetiva do chamado Terceiro Sector¹ no desenvolvimento de políticas sociais

Neste contexto, os *Sistemas de Informação* desempenham um papel fundamental na economia da informação-conhecimento, agregando valor ao servirem como pontos focais, que concentram informação produzida, por natureza, de forma dispersa. A opção por um Sistema de Informação torna-se por isso um factor crítico para o desenvolvimento de uma Parceria ou Rede que se pretende afirmar como uma comunidade de práticas perdurável no tempo. Assume-se neste projecto o conceito de Sistema de Informação integral Activa e Permanente (SI-AP), que *traz ao pragmatismo da Gestão da Informação o capital simbólico da memória organizacional ou institucional, sem o qual não é possível projectar para os modelos uma matriz científica e retrospectiva (contextualizadora)* (Silva, 2003) e que pretende ultrapassar a visão, insuficiente, de Sistema de Informação como “mero” apetrecho tecnológico, sem ter em conta o reequacionamento da própria cultura organizacional que deve estar subjacente à sua construção e uso eficaz.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste projecto, considera-se gestão de informação (ou do

conhecimento explícito) como um segmento do objecto da Ciência da Informação, assumindo desde logo duas referências de base: **Informação** como *conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc) comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada* (Silva, 2002) e **Ciência da Informação** como *a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do seu acesso e uso* (Borko, 1968), assumida como um campo do saber uno e transdisciplinar, inscrito na área das Ciências Sociais e Humanas. Assim sendo, parte-se do pressuposto que *o modelo processual de gestão de informação deve abarcar toda a cadeia de valor da informação, começando pela identificação das necessidades de informação, passando pela aquisição, organização e armazenamento, produtos e serviços, distribuição de informação e fechando o ciclo com a utilização da informação* (Choo, 2003). Isto implica, desde logo, um reequacionamento teórico-prático no até hoje denominado Circuito do Documento (Recolha-Seleção-Registo-Memória-Difusão), muito centrado no suporte, à desde logo inevitável reformulação de terminologia para Circuito/Ciclo da Informação, o que significa novas necessidades, novas estratégias de recolha e selecção, novos suportes, novos sistemas de registo e cópia, novos enquadramentos jurídico-legais, enfim, novos profissionais.... Observemos, por exemplo, como o nível de produção documental, em termos quantitativos, no século XX, já não é comparável, numa mesma escala, com toda a documentação produzida até então (mesmo se comparada de forma cumulativa). A diversificação e constante inovação nos suportes são extraordinárias. Os sistemas de organização e memorização dos registos (tanto em termos de suportes como de linguagens de representação e de recuperação da informação) alteram-se e inovam-se permanentemente. A informação, dispersa, ubíqua e, paradoxalmente, também concentrada em Bases de Dados, em Sistemas de Informação ou outros pontos focais, é cada vez mais fruto de mecanismos interactivos, complexos e dinâmicos onde intervêm reciprocamente a inteligência individual e colectiva. Toda a cadeia de valor da informação encontra-se em permanente abalo, sendo que, tanto em termos da definição de necessidades como em todos os outros “momentos” do comportamento informacional, a humanidade alterou as suas expectativas e habilidades, exigindo e exigindo-se profundas adaptações pessoais e profissionais (constantemente actualizadas), em menos de uma geração. Ou seja, quer em termos teóricos como práticos, esta é uma área científica em profunda reformulação.

Por outro lado, embora o termo rede possua uma génese conceptual fundamentalmente multidisciplinar (Marteleto, 2001), a sua crescente importância e aplicação à teoria das organizações – sob diversas abordagens, denominações, categorias, tipologias e nomenclaturas – exige a realização

¹ Considera-se aqui o Terceiro Sector, grosso modo, como aquele que engloba as instituições sem fins lucrativos (Associações, Mutualistas, Cooperativas e Fundações);

de estudos teórico-empíricos que esclareçam as suas dinâmicas, forças, fraquezas, obstáculos, possibilidades e aplicabilidades (Archer, 2003). Sob o ponto de vista da Ciência da Informação, no conceito acima descrito, emerge como conceito essencial ao contexto da Sociedade da Informação (muitas vezes designada de Sociedade em Rede) e significa a partilha em rede de toda a informação subjacente à estratégia definida, aos processos de tomada de decisão e à implementação do trabalho comum, permitindo a articulação de pessoas e instituições distantes geograficamente e com mecânicas de funcionamento interno diversas e obrigando a uma nova cultura organizacional. Todas as fases do ciclo e da cadeia de valor da informação são afectadas e têm de ser capazes de integrar esta organização de trabalho colectivo em Rede.

Finalmente, é importante referir que a literatura, em geral, reconhece que são insuficientes os elementos empiricamente testados para a descrição e proposição de modelos de gestão nas organizações com objectivos sociais e não-lucrativos. Pesquisas com foco em organizações não-lucrativas contribuem para uma melhor compreensão de aspectos ainda pouco compreendidos a respeito do mecanismo de interação interorganizacional em rede, tais como: mecanismos de controle, motivação e gestão de recursos humanos não-remunerados, papel da liderança na gestão de grupos em contextos com alto grau de participação individual, impacto do trabalho voluntário, entre outros.

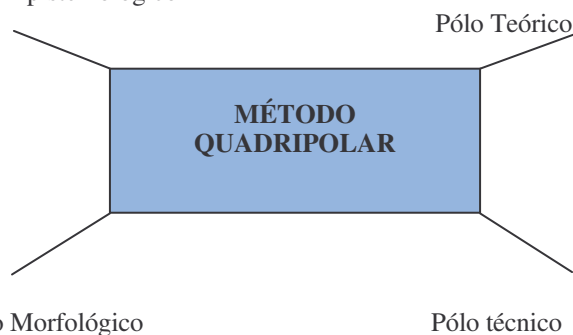
METODOLOGIA

As metodologias de investigação qualitativa, significando quer o tipo de dados que uma investigação produz, quer os modos de actuação ou postulados que lhe são correlativos (Silva, 2000) e as suas diversas abordagens parecem-nos, perante esta realidade mutante e complexa, aquelas capazes de absorver e reflectir, de forma profunda e sistemática, o “todo” de investigação que se impõe para uma total compreensão do fenómeno/processo social informação, enquadrado no objecto de estudo em causa. Por outro lado, sentimos também a necessidade de incluir nesta análise dados de cariz quantitativo que permitam reflexões de maior amplitude sobre as populações estudadas. Portanto, este Projecto de investigação propõe-se, partindo de uma base teórica sustentada e crítica, aberta às inevitáveis transformações que um contexto extremamente dinâmico e cambiante, integrar as metodologias de análise social existentes de forma a conseguir aportar dados sobre o macro e o micro dos fenómenos em estudo, extraindo resultados capazes de reflectir as tensões que, ancoradas no fenómeno social informação, emergem do indivíduo nas suas relações com os meios sociais.

Propomo-nos uma prática metodológica baseada no modelo de compreensão da prática científica proposto por P. De Bruyne, J. Herman e M. de Schouteete (1975), que concebem a prática metodológica como um espaço

quadripolar, constituído num dado campo do conhecimento, incluindo nesse espaço o pólo epistemológico “*motor de pesquisa do investigador*” (De Bruyne *et al.*, 1975), o pólo teórico “*onde as hipóteses se organizam e em que os conceitos se definem*” (Lessard-Hebert, 1994), o pólo morfológico, relacionado com a estruturação do objecto científico onde se inclui a objectivação, a organização e apresentação dos resultados e a redacção do relatório de investigação e o pólo técnico, que corresponde às operações técnicas de recolha de dados. Estes pólos, longe de isolados ou compartimentados, constituem um ciclo dinâmico que mutuamente se reinicia e alimenta.

Pólo Epistemológico



Pólo Morfológico

Pólo técnico

Fig. 1. Dinâmica de investigação inspirada no modelo topológico da prática metodológica de De Bruyne, et al.

O modo de investigação proposto é o da comparação multicase que permite, para cada Estudo de caso seleccionado, a compreensão do todo de investigação, a situação em contexto de vida real (sem demarcação absoluta de fronteiras entre fenómeno estudado e contexto) e a possibilidade de utilização de múltiplas fontes de dados. A comparação entre os casos seleccionados (Comparação multicase) permite, por outro lado, descobrir convergências entre os vários casos, que aqui pretendemos que possam permitir a obtenção de resultados mais amplos e passíveis de generalização. Propomo-nos várias unidades de análise, que permitam a observação, por meio de diversas técnicas, de todas as fases do Ciclo da Informação, nomeadamente as fases de pesquisa/recolha, selecção, validação, registo, partilha e difusão da informação. É também unidade de análise o comportamento informacional, individual e em rede, dos sujeitos observados. As técnicas propostas, que se desejam instrumentos complementares na triangulação de dados, permitem a recolha de dados qualitativos, através de observação participante, entrevistas abertas, *focus group* e análise bibliográfica, além da recolha de dados quantitativos através da aplicação de um inquérito a uma amostra representativa da população em estudo. Este inquérito inclui um “tronco comum” de questões a serem colocadas aos dois grupos em estudo (Projectos EQUAL e MMM), dividindo-se depois em questões específicas para cada um dos grupos, de forma a poder observar e analisar

variáveis comuns e específicas aos mesmos.

A inclusão do *Focus Group* como técnica de recolha de dados prende-se com a abertura à observação da construção do conhecimento numa situação real de dinâmica de grupo que esta técnica preconiza, procurando superar os dualismos redutores que opõem em termos absolutos sujeito-objecto, ao mostrar que, no decorrer do processo de investigação o sujeito objecto de observação, vai transformando as suas estruturas cognitivas, através das relações recíprocas que estabelece no decorrer da operacionalização da técnica, auto-descobrimo-se e, portanto, emancipando-se. (Galego e Gomes, 2005)

Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (2001) referem que “a estratégia da investigação científica não pode, pois, ser definida, à maneira da filosofia clássica, invocando normas lógicas tidas por imutáveis e procurando fixar para sempre condições de possibilidade e de coerência da ciência”, pois mais do que repetir saberes, a investigação científica, deve dar lugar à construção de saberes, em que a ligação objectiva entre causa e efeito, como refere Tuckman (2000), não pode ser meramente uma ligação «construída» pelo sujeito epistémico.

Para o conseguir, propomo-nos o seguinte percurso metodológico:

[POLO EPISTEMOLÓGICO]

I. Análise bibliográfica. Análise de Paradigmas e conceitos.

Temáticas em análise: Ciência da Informação; Gestão de Informação; Modelos teóricos; Investigação em Ciências Sociais.

[POLO TEÓRICO/MORFOLÓGICO]

II. Caracterização dos objectos em estudo.

O PIC EQUAL e a Marcha Mundial das Mulheres.

III. Definição de Metodologia de Investigação.

Aprofundamento e análise metodológica. Análise de critérios de cientificidade. Definição de modo de investigação técnicas de recolha de dados.

[POLO TEÓRICO]

IV. Análise e caracterização do fenómeno social informação nos objectos de estudo. Definição de Unidades de Análise.

[POLO TÉCNICO]

V. Modo de Investigação. Comparação Multicasos.

A. Teorização

- Seleccionar sujeitos e definir protocolos de recolha de dados

B. Recolha e tratamento de dados qualitativos

- Entrevista, *Focus group*, observação participante e análise documental

- Redigir Relatórios dos casos
- Análise comparativa e extracção de resultados comuns e divergentes
- Recapitular teorização

C. Recolha de dados quantitativos/Inquérito

- Construção de Inquérito (Apoio em *Focus Group* para recolha de dados preliminares)
- Aplicação teste do Inquérito em população alvo
- Reformulação e Tradução
- Aplicação Recolha de dados métricos
- Análise de resultados

VI. Análise e extracção de resultados globais. Discussão de sugestões teórico-práticas passíveis de generalização. Verificação, voltar ao início.

VII. Escrita da Tese

OS CASOS EM ESTUDO

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS – O PIC EQUAL

No âmbito das diversas Iniciativas Comunitárias, cujos objectivos têm como eixo central procurar encontrar soluções comuns para problemáticas que se manifestam em todo o território europeu, e que no III Quadro Comunitário de apoio se materializam nas iniciativas Interreg III, Equal, Leader+ e Urban II, desenvolvem-se projectos que envolvem entidades, quase sempre organizadas em parcerias ou redes quer de âmbito nacional quer transnacional ou transfronteiriço, e pessoas, não só agentes destes projectos como os públicos alvo a quem se dirigem. Implicam, não só a complexificação das suas actividades, como a necessidade de gerir uma quantidade cada vez maior de informação, de forma a responder com eficácia às necessidades sentidas. Para estes projectos de âmbito europeu, geram-se realidades de gestão de informação específicas, extremamente dinâmicas, que implicam profundas adaptações, quer das organizações, quer dos/as agentes implicados nestes projectos, e colocam como desafio central a construção e aprofundamento dos conceitos e práticas associados a uma rede ou parceria efectivas. No caso do PIC EQUAL, Programa que tem como áreas de intervenção a Empregabilidade, o Espírito empresarial, a Adaptabilidade, a Igualdade de oportunidades para as Mulheres e os Homens e os Requerentes de asilo, e que sucede, na área do desenvolvimento e dos recursos humanos, as Iniciativas EMPREGO e ADAPT, procurando superar algumas das suas limitações, é especialmente forte o enfoque na prática da Parceria (Parcerias estas que, nos casos de continuidade, vão progressivamente se alargando), na construção de diversas redes (temáticas, transnacionais, europeias, etc) e na construção de boas práticas passíveis de disseminação e de generalização, visando objectivos de desenvolvimento igualitário nos países membros. Implicou um investimento

de cerca de 5 bilhões de euros, distribuídos pelos 25 estados membros e envolvendo aproximadamente 3000 Parcerias de Desenvolvimento (Nacionais e/ou Transnacionais). Estas Parcerias, por seu lado, apresentam configurações muito diversas. Quer no tipo de organizações que as compõem, quer nos objectivos que se propõem cumprir, quer nas motivações subjacentes à Parceria no seu todo e a cada uma das organizações que dela fazem parte. A escolha desta Iniciativa como estudo de caso neste Projecto prende-se essencialmente com o facto desta procurar “obrigar” ao funcionamento em Parceria, no sentido em que o todo (tanto em termos administrativos, financeiros como no processo de tomada de decisão), não funciona se um não funcionar/participar, tornando-se por isso um laboratório muito interessante de tentativas (e eventuais casos de sucesso) de funcionamento efectivo em Parceria e em Rede. Distancia-se das restantes Iniciativas a este nível face à ênfase que coloca nas Parcerias de Desenvolvimento, consideradas abordagem estratégica que “visa assegurar a coerência entre as actividades de projecto e os sectores ou áreas geográficas relevantes e fortalecer as oportunidades de integração dos resultados”.

Estudo de caso 1: Projecto Mudança de Maré

Analisa-se aqui o processo de gestão de informação desenvolvido nesta Parceria, procurando complementar a informação de cariz quantitativo recolhida através de inquérito, com informação de proximidade. Por outro, a partir da colocação da hipótese desta Parceria, que decorre desde 2001, e cujo processo de desenvolvimento enquanto parceria a seguir se representa, contribua directamente para o desenvolvimento de movimentos sociais associados ao contexto pescas em Portugal, um movimento relativo à defesa da soberania sobre a ZEE portuguesa e outro relativo ao desenvolvimento de um trabalho em Parceria



Fig. 2. Parceria no decorrer da Acção 1 do Projecto

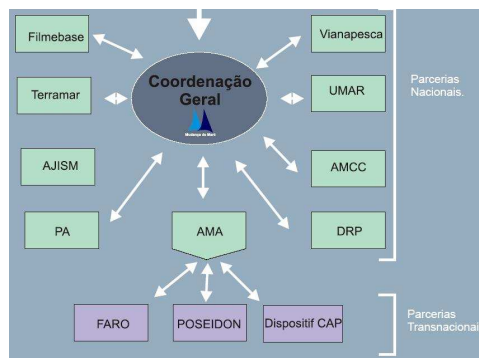


Fig. 3. Parceria no início da Acção 2 do Projecto



Fig. 4. Parceria no final da Acção 2 do Projecto

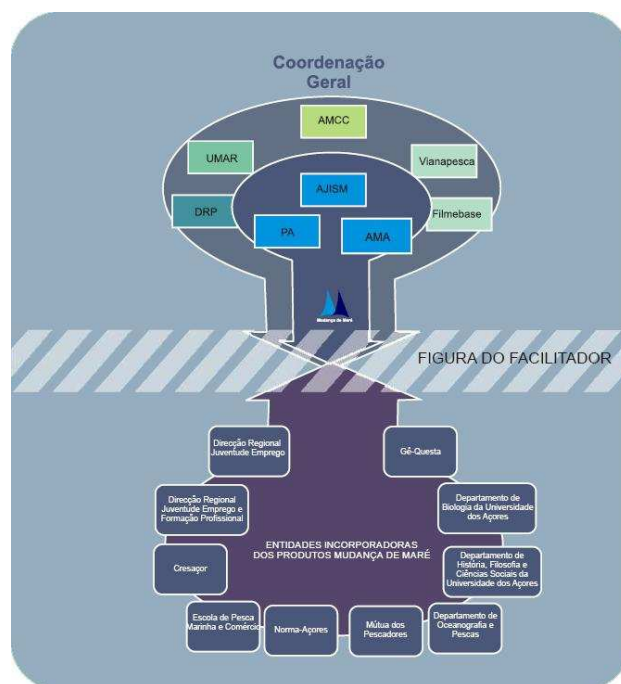


Fig. 5. Parceria no início da Acção 3 do Projecto

do todo do território nacional, até hoje inexistente em Portugal, definem-na como um exemplo interessante enquanto estudo de caso que nos permita obter dados sobre o funcionamento da gestão de informação passíveis de generalização e por outro observar da possibilidade de evolução de uma parceria para um Movimento Social e obter dados relativo ao processo e aos impactos em termos dos diversos aspectos associados ao objecto informação.

Este projecto desenvolveu um Sistema de Informação específico para gestão de informação do Projecto – o SAD (Sistema de Administração Documental online), disponível através da Internet. É um sistema que permite adição organizada, consulta, recuperação e avaliação da documentação produzida a vários níveis. Este sistema foi considerado exemplo de boas práticas pelo Gabinete de Gestão EQUAL português e duas vezes pela Comissão Europeia. Estrutura-se sobre um Plano de Classificação da Informação/Arquivo por assunto em árvore e propõe ao utilizador/a que, ao fazer a adição de um documento, o faça indexando automaticamente o documento ao Sistema havendo criação automática de um código do tipo

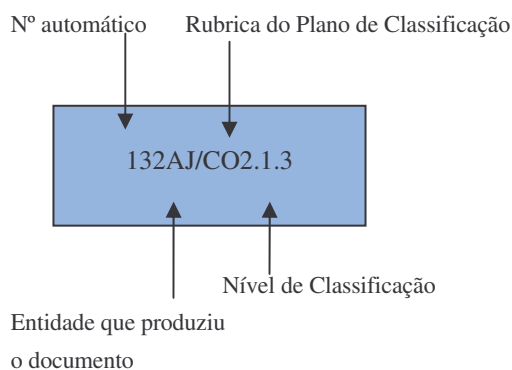


Fig. 6. Codificação do SAD

O acompanhamento à utilização do Sistema, permitiu-nos até ao momento identificar como factores críticos a formação e a necessidade de alteração de hábitos de trabalho, à articulação com os sistemas de gestão de arquivo de cada uma das organizações envolvidas, e à forte interdependência entre a equipa responsável pela programação e a responsável pela gestão de informação.

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

A ideia surgiu, em 1995, a partir de uma iniciativa que mobilizou um pequeno grupo de mulheres que marcharam durante dez dias através do Québec para reclamar medidas para eliminar a pobreza. No fim da Marcha o pequeno grupo tinha aumentado com outras mulheres e também com os filhos, filhas e maridos de algumas até chegar a cerca de 850 pessoas. Ficou conhecida como “Marcha do Pão e das Rosas”. *“Assim se constituiu uma rede de mulheres que foram tecendo novos nós, tendo um auxiliar precioso e global para comunicar – a internet. Tinham e têm valores que são princípios de base: (1) são as*

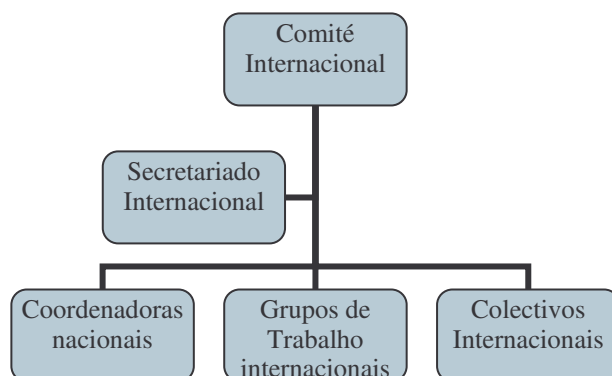
mulheres que estão na liderança; (2) todas as regiões do mundo estão envolvidas; (3) os grupos participantes, embora adiram aos objectivos da Marcha são autónomos e realizam as acções que entenderem; (4) a rede respeita a diversidade do movimento das mulheres; (5) é pacifista e (6) constitui-se na base das acções de educação popular.” (Bento, 2006)

A partir daqui, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) recolhe e entrega a 17 de Outubro de 2000 um documento reivindicativo com mais de 5 milhões de assinaturas. Cem mil mulheres, de mais de 6000 grupos mobilizaram-se em 163 países, contra a pobreza e a violência, em torno da Marcha Mundial de Mulheres, num movimento crescente, que em 2005 produziu a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade e a Manta da Solidariedade Feminista, que percorreram o mundo numa estafeta que partiu de S. Paulo no Brasil a 8 de Março de 2005 e chegou a Ouagadougou, no Burkina Faso, a 17 de Outubro do mesmo ano, passando por 76 países e territórios. Discutem e definem estratégias, planeiam actividades em comum, numa estrutura com uma orgânica muito flexível, que inclui um Comité Internacional, um Secretariado Internacional e diversas Coordenações Nacionais e Regionais, autónomas no funcionamento político e nas acções.

A escolha da Marcha Mundial das Mulheres como estudo de caso para este projecto tem por base desta ser, no âmbito dos Movimentos Sociais, um exemplo paradigmático de um movimento organizado e dinamizado em Rede, com uma estrutura muito pouco institucionalizada, ampla representação internacional e fortemente suportado nas tecnologias associadas à informação e à Internet.

A Orgânica da Marcha Mundial das Mulheres

As aproximações e análise ao caso em estudo decorrem a diversos níveis: em primeiro lugar através da observação da página e de toda a informação que disponibilizam. Depois decorreu um contacto com a Coordenação portuguesa da Marcha, que disponibilizou o acesso a documentação interna, a participação em reuniões e o acesso à caixa de mail que utilizam como forma de trabalho. Este Movimento dispõe de uma página web traduzida em 3 línguas (com três URLs diferentes, correspondentes a inglês, francês e espanhol), onde disponibiliza informação relativa aos objectivos, missão e acções do movimento, possibilidade de inscrição online, dados relativos à estrutura, informações e publicações.



REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

“Se num primeiro tempo a tipografia constituiu, por si, uma revolução, séculos mais tarde passaria a ser instrumento de revoluções: veja-se como exemplo, o papel que a imprensa desempenhou nas colónias inglesas da América, divulgando e defendendo as ideias visionárias que deram forma à Revolução Americana ou, mais tarde ainda, o papel que desempenhou nos aparelhos de agitação e propaganda para a disseminação dos ideais de todos os movimentos ideológicos revolucionários que, a partir de finais do século XIX, se propuseram transformar o mundo” (Bacelar, 1999). Que dizer então hoje da Internet e dos novos contextos de informação enquanto revolução e instrumento de revoluções? A distância histórica é indispensável para analisarmos as rápidas transformações que nos envolvem neste momento, mas hoje já podemos observar impactos, extraordinários, das TIC's nas sociedades e nos movimentos sociais, que delas emergem e nelas se repercutem. Os Estudos de caso seleccionados, PIC EQUAL e MMM, parecem-nos exemplos paradigmáticos disso mesmo: de profundas transformações sociais associadas à organização, representação, partilha e disseminação de informação em Parceria e/ou em Rede.

Para a construção do “espaço europeu” ou de “movimentos sociais globais”, assumem particularidades e contornos que, no âmbito da prática das entidades e sujeitos que participam nestas redes e parcerias, justificam uma reflexão aprofundada que possa consolidar o desenvolvimento em qualidade desse trabalho e fornecer dados importantes para o desenvolvimento teórico da Gestão de Informação, enquanto segmento da Ciência da Informação, na concepção já referida. Observar o ponto de vista mais “institucional” das Parcerias EQUAL e desenvolver uma análise comparativa com os movimentos sociais, neste caso a Marcha Mundial das Mulheres, parece oferecer-nos vantagens: uma amplitude maior ao espaço social observado e, simultaneamente poder, a partir da análise comparativa, extrapolar resultados por um lado finos, decorrentes do extraído dos estudos de caso em si e da comparação multicaseos, por outro abrangentes, decorrentes dos dados quantitativos que se pretendem extrair através da aplicação de inquérito. Em ambos os casos, observa-se que estas redes e parcerias que se iniciam, grosso modo, por simples trocas de emails, desenvolvem-se, nos casos de sucesso, de forma simultaneamente agregadora e multiplicadora. Tudo isto decorre num contexto global de “Sociedade de Informação”, na qual a informação e o conhecimento desempenham papéis centrais e penetram em todos as esferas de actividade humana.

Como isolar o objecto informação em todo este contexto? O Trinómio informação/conhecimento/comunicação surge muitas vezes como um nó complexo difícil de destrinçar. São questões complexas, desafiantes, que se cruzam com

tantas outras: Que práticas informacionais estamos a desenvolver e necessitamos? Como funcionam a recepção, selecção, apropriação e transformação da informação disponibilizada pelos sistemas de informação? Qual o potencial transformador deste novo contexto de informação, em que a comunicação entre os povos é uma prática acessível, barata e relativamente simples?

Procuraremos, ao longo deste Projecto, extrair resultados capazes de aprofundar a investigação existente e responder a algumas destas perguntas, hipóteses e inquietações.

